

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM RISCO: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

PINTO, A. L.¹; COSTA, C. DA²; ALMEIDA, K. B. D³

¹ UMEI Julieta Botelho (FME/SME)/FIAR-UFF, amandalobosco@yahoo.com.br

² UMEI Julieta Botelho (FME/SME)/GRUPEE-UFF, cintianado@gmail.com

³ UMEI Julieta Botelho (FME/SME)/UFF/LAEHD-CPPII, kathlynalmeida73@gmail.com

Palavra-chave: Gestão democrática; Projeto Político Pedagógico; Resistência.

Este estudo propõe uma reflexão sobre gestão democrática nas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEs) de Niterói, com foco na UMEI Julieta Botelho. O termo gestão democrática surge no Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980, em meio ao processo de redemocratização do país, após duas décadas de ditadura civil-militar (1964–1985). A Constituição de 1988, ao tratar sobre a Educação no Artigo 206, estabelece a gestão democrática como um dos princípios fundamentais da educação nacional. Entretanto, ao observarmos a realidade atual, percebemos que a rede municipal de educação de Niterói atravessa um momento alarmante, marcado por uma série de medidas arbitrárias que desmontam princípios democráticos historicamente conquistados. Um exemplo disso é o fim da bidocência nos grupos de 4 e 5 anos da Educação Infantil, implementado sem diálogo com os profissionais de educação, medida que impacta diretamente a qualidade do atendimento às crianças e rompe com diretrizes que asseguravam os direitos da infância. Em abril, após quase dois anos sem diálogo com a comunidade escolar, a Prefeitura lançou um edital para escolha de diretor geral e adjunto, com critérios restritivos e múltiplas edições confusas, e sequer apresentou a monetização dos cargos. Como resultado desse processo excludente, cinco escolas não conseguiram formar chapas e outras sete não atingiram o quórum necessário na votação. Um processo construído coletivamente há mais de 30 anos junto às comunidades escolares foi, de forma inédita, desrespeitado. Em 19 de julho, o Diário Oficial publicou nomeações políticas para estas 12 Unidades sem critérios transparentes, ferindo o princípio da gestão democrática e da autonomia escolar. Esse cenário aponta para a normalização de práticas autoritárias. Este trabalho busca, além de evidenciar ações antidemocráticas, promover o diálogo e resgatar o Projeto Político Pedagógico como espaço de construção democrática, a partir da análise das orientações da Secretaria Municipal de Educação para sua (re)elaboração. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a gestão democrática



pressupõe a participação efetiva da comunidade escolar na definição dos rumos do processo educativo, superando práticas autoritárias e centralizadoras. Essa participação vai muito além do voto em consultas públicas: se concretiza nas decisões cotidianas, na escuta ativa, na construção do PPP, na atuação dos conselhos escolares e no reconhecimento da escola como espaço público e comunitário. A democracia, como lembra Carneiro (2024), é um campo de disputa constante, nunca está plenamente garantida. O desafio é transformar a gestão democrática de princípio legal em prática cotidiana. A pesquisa revela tensões entre diretrizes institucionais e a participação da comunidade escolar, reforçando a necessidade de escuta, diálogo e envolvimento coletivo, com o PPP como instrumento de resistência e reconstrução democrática frente às ameaças à autonomia escolar.

Agradecimentos: CNPq, CAPES and FAPERJ.

